



PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29011048/18/CMMN .

LICITAÇÃO Nº.....: PP 04/2018.

MODALIDADE.....: PREGÃO.

TIPO.....: menor preço.

OBJETO.....: Aquisição de material de serviços gráficos

ASSUNTO: PARECER JURÍDICO CONCLUSIVO DE LICITAÇÃO.

Sr. Pregoeiro

Por força da Lei 8.666/93 e posteriores alterações, vieram a esta Assessoria Jurídica, os autos do processo licitatório em questão para fins de análise final da licitação de forma completa, onde compareceu ao processo licitatório a licitante MM COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELLI cumprindo, assim o aspecto formal adotado pela CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE.

Os preços ofertados pelo licitante são os que se seguem: MM COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELLI, com o valor total de R\$ 443.850,00(Quatrocentos e Quarenta e Três Mil, Oitocentos e Cinquenta Reais).

Esse o caso, passemos à análise.

Primeiramente, cumpre destacar que o edital de abertura da licitação foi devidamente analisado por esta assessoria jurídica, a teor do que prescreve o artigo 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93, tendo o mesmo preenchido em sua forma, os requisitos para sua admissibilidade.

Após essa fase, temos que o processo licitatório transcorreu sem qualquer anormalidade que pudesse implicar na legalidade da presente Licitação, tendo sido respeitadas todas as exigências contidas na Lei 8.666/93, referente à habilitação da empresa licitante, o julgamento das propostas, a adjudicação,

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE

José Carlos Gomes R. Jr.



Estado do Maranhão
GOVERNO MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE



homologação do resultado e posterior contratação da licitante vencedora para a execução do objeto licitado.

Dito isso, destaque-se que todos os princípios licitatórios foram assegurados, bem como todas as garantias legais foram firmadas aos licitantes, não tem sido o processo licitatório impugnado em nenhum momento, nem mesmo foi interposto recurso em qualquer das fases da licitação em exame.

Assim sendo, esta assessoria manifesta-se no sentido de que a licitação em destaque atendeu a todas as exigências da Lei 8.666/93, bem como das alterações introduzidas pela 8.883/94 e pela lei 9.648/98. Diga-se que a modalidade encontra-se totalmente conforme disciplina as leis 8.666/93 e 5.520/02, bem como os decretos 3.555/00 e 5.504/05.

Assim sendo, nem um vício persiste o processo licitatório em comento, estando apto a gerar os seus efeitos legais.

É o nosso parecer.

MIRANDA DO NORTE - MA, 27 de Fevereiro de 2018.

José Carlos Gomes R. Júnior
OAB/MA 6478